



A AGONIA DA EXTENSÃO

A extensão rural pode ser definida como o processo de fazer chegar às pessoas que vivem no campo conhecimentos e habilidades sobre práticas agropecuárias, reconhecidas como importantes e necessárias para a melhoria da qualidade de suas vidas. Tem como objetivos principais: ser o elo entre a pesquisa agropecuária e o produtor; elevar a renda do agricultor; promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e permitir a inclusão social, em especial, dos pequenos proprietários rurais.

Apesar de todos esses motivos fundamentais que justificam sua existência, na prática, nem sempre se observa a aplicação dos conceitos no setor leiteiro, tanto em relação à extensão particular exercida por empresas do ramo quanto à extensão oferecida por órgãos oficiais.

Em quase todas as empresas privadas do setor, quando a situação financeira aperta, o departamento que primeiramente sofre cortes no orçamento, ou até mesmo, poderá ser desativado, será o que estiver relacionado aos assuntos técnicos, demonstrando claramente a miopia em relação ao futuro do negócio leite. É insensato para qualquer empresa de qualquer setor que queira ter vida longa e profícua eliminar o conhecimento técnico de seu cardápio de opções.

Nas instituições oficiais ocorre algo pior. Como não podem dispensar as pessoas de acordo com o humor de seus dirigentes, mantêm um processo de asfixia há muitos anos que, associado a um desmanche lento e contínuo, as levará à inoperância. A manutenção de um serviço desprovido de objetivos claros e tecnicamente correto tem o mesmo significado prático que a simples extinção da atividade.

O relato, a seguir, da situação de um extensionista de um órgão oficial pode ser tomado como exemplo do descaso para com o setor primário e um alerta para a recém-criada Anater-Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

"Há alguns anos tive a oportunidade de conhecer um trabalho de extensão rural, que já ouvira falar e não acreditava nos níveis alcançados de produtividade da terra e dos resultados econômicos das propriedades, bem como no comprometimento dos produtores e dos técnicos. No meu primeiro contato com um dos instrutores desse trabalho, confesso que duvidei do que estava sendo falado, pois parecia impossível atingir tais marcas e índices. Passei a acompanhá-lo e percebi o quanto estava enganado com os conceitos que tinha sobre a atividade leiteira.

A partir de então, comecei a travar uma luta insana comigo

mesmo no sentido de mudar e, até mesmo, varrer os conceitos estabelecidos em minha cabeça e que lá residiam há anos desde a vida acadêmica. Meus olhos começaram a abrir para um novo mundo. Quanta coisa diferente, quantas novidades que pude ver e aprender.

Fiquei maravilhado com os resultados obtidos e pensei em como tudo isso poderia ser útil na instituição em que trabalho. O quanto ela poderia concorrer para beneficiar os produtores de leite e suas famílias, visto que está espalhada por todo o Estado e, naturalmente, mostrar aos governantes o porquê de sua existência, recebendo como reconhecimento mais recursos e condições de trabalho.

No entanto, essas ideias foram recebidas com desprezo. Meus superiores nem quiseram conhecê-las. Eram contra, pelo simples fato de serem contra, e ponto final. Com isso, a instituição à qual pertencio continua sua caminhada rumo à inoperância, abandonando sua verdadeira essência para se tornar uma vendedora de produto, no caso, o crédito rural, cuja finalidade é demonstrar números alcançados pelo governo, que são utilizados como moeda de troca por votos em tempos de eleição, onde quem vota de acordo com os interesses dos mandatários no poder tem a vida facilitada. Quem não sobe no palanque será esquecido.

Participei de uma reunião com pessoas que ocupavam cargos hierarquicamente superiores ao meu e a equipe técnica à qual pertencio foi cobrada e ameaçada de demissão por não ter cumprido a meta de créditos rurais, pois havíamos dedicado muito tempo para visitas de caráter técnico aos produtores. Um dos superiores que estava na reunião determinou que dali em diante os técnicos seriam avaliados de acordo com a quantia de financiamentos realizados, e não pelo desempenho técnico no campo ou resultados positivos obtidos pelos produtores.

Se o desenvolvimento da pecuária leiteira dependesse apenas de crédito bancário, por que a produção leiteira no Estado é praticamente a mesma há tantos anos se grande volume de dinheiro foi liberado para a compra de vacas e equipamentos e para a construção de instalações? Naquele instante, percebi que a extensão rural estava num processo lento e cruel de agonia".

Não existe segredo nem mistério para o sucesso, apenas o trabalho sério num processo de educação, ou, melhor dizendo, de reeducação de produtores, extensionistas, pesquisadores, professores, dirigentes de empresas privadas e públicas, líderes do setor e governantes. Será uma longa e árdua caminhada, com muitas barreiras, impostas pela ignorância, pelo ciúme, pela inveja, por falta de interesse e por incompreensões que deverão ser vencidas. O que se sabe é que, por decreto, nada irá acontecer.

Artur Chinelato de Camargo é engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa Pecuária Sudeste, de São Carlos-SP, e membro do conselho editorial de **Balde Branco**.

BALDE BRANCO

Conselho editorial

Vidal Pedrosa de Faria,
Artur Chinelato de Camargo,
Paulo do Carmo Martins,
Tadashi Fujimori e
Nelson Rentero

Editor

Nelson Rentero (Reg. MTb 12.839)
rentero@uol.com.br

Diagramação e arte

Casa da Arte
cdadesign.com.br

Colaboradores

Luiz H. Pitombo,
Denise Bueno,
João Antônio dos Santos,
Alessandra Corallo Nicácio,
Duarte Vilela,
Oscar Tupy,
Reinaldo de Paula Ferreira,
Patrícia Vieira Maia,
Marcelo Hentz Ramos,
Edson Lemos,
Antonio Roque Dechen,
Rosângela Zoccal,
Miro Negrini e
Rafael Ribeiro

Executiva de Negócios

Marianna Correa -
marianna.correa@terra.com.br
(11) 2081-2163 e (11) 9-9975-6429

Assinaturas:

baldebranco@baldebranco.com.br
(11) 2081-3045 e 0800 7715181 (ligação gratuita) - Fax: (11) 2081-3144
Talita Bueno - talita.bueno@baldebranco.com.br
Paula Nocetti - paula.nocetti@baldebranco.com.br

Coordenação Administrativa:

Cristhiane Melo -
cristhiane.melo@baldebranco.com.br
(11) 2081-2579



Impressão

Log & Print Gráfica e Logística S.A.
Revista produzida com sistema CTP

Edição: 19.000 exemplares

Assinatura anual: R\$ 105,00
Exemplar atrasado: R\$ 10,50

- Autorizamos a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que mencionada a fonte.

Redação, administração, publicidade e assinaturas:
Rua Parque Domingos Luis, 126 - São Paulo, SP - CEP: 02043-080 - telefones: (11) 2081-3045 / 2081-2163 / 2081-2579 - fax: (11) 2081-3144.

- Os conceitos emitidos nos artigos assinados ou nos anúncios de publicidade são inteiramente de responsabilidade de seus autores, não traduzindo necessariamente a opinião da revista.

Balde Branco é uma publicação registrada no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob nº 00633770 de 106/86 e na Lei de Imprensa (6ª Ofício) sob nº 20963 de 12.01.90.



facebook.com/revistabaldebranco